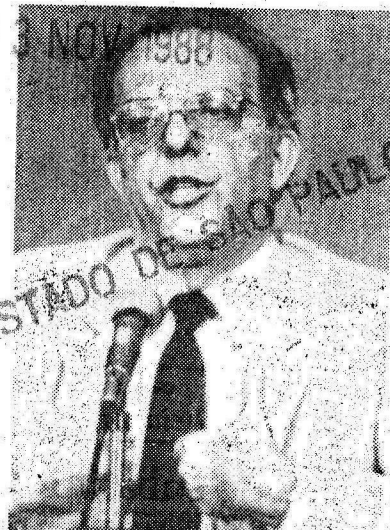


Santillo pode perder mandato em Goiás

BRASÍLIA — O governador de Goiás, Henrique Santillo, poderá ser enquadrado em crime de responsabilidade, perder o mandato, caso a Justiça Federal aceite o processo movido contra os sete senadores — e Santillo era um deles —, envolvidos no escândalo conhecido como “trem da alegria”. A informação é do advogado Pedro Calmon, que está movendo ação na 2ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, depois de conseguir permissão do Supremo Tribunal Federal, para punir os parlamentares. Em 1984, todos eles integravam a Mesa do Senado e aprovaram a nomeação irregular de 1.554 funcionários — por iniciativa do ex-senador Moacir Dalla — para a gráfica da Casa, sem concurso público.

Além dos ex-senadores, que se julgados culpados perderão mandato em cargos públicos, e serão impedidos de exercer a função por cinco anos, o advogado também pede o enquadramento de cerca de 800 funcionários. Eles tiveram as nomeações suspensas por liminar conseguida por Calmon junto ao juiz da 2ª Vara Federal, Jacir Garcia Fernandes, hoje ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Pedro Calmon entrega, hoje, à Justiça Federal uma petição solicitando a exclusão do processo de cerca de 600 pessoas que, embora nomeadas naquela época, já exerciam funções na gráfica do Senado Federal (Segraf) há mais de cinco anos e foram beneficiadas pela nova Constituição, com estabilidade no emprego. O número de funcionários a ser destituído dos quadros da Segraf cai para 900, se o juiz atender ao pedido do advogado. Eles serão exonados e os senadores enquadrados



Sérgio Borges/AE - 10/5/88

Santillo, ameaçado

na Lei 1.079 de 1950, que regula os crimes de responsabilidade.

O enquadramento dos parlamentares foi autorizado no dia 21 pela Segunda Turma de Julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF). Além do governador Henrique Santillo, poderão ser processados e enquadrados em crime de responsabilidade os ex-senadores Lomanto Jr., Jaison Barreto, Milton Cabral e Raimundo Parente. Os demais integrantes da mesa, Moacir Dalla e Lenoir Vargas, já estão mortos.

Entre outros, também estão envolvidos e podem responder a processo: Humberto Lucena Jr., filho do senador Humberto Lucena, atual presidente da Mesa do Senado; Carlos de Castro Gonçalves Passarinho, filho do senador Jarbas Passarinho; Sílvia Regina, mulher do ministro Prisco Viana, da Habitação; e Ricardo Augusto de Rezende Dalla, filho de Moacir Dalla.